

Centro de Estudos Estratégicos da Marinha

**CADERNOS NAVAIS**

N.º 54 – Outubro – Dezembro de 2019

# **METODOLOGIA DOS ESTUDOS MARÍTIMOS**

**Almirante António Silva Ribeiro**



Edições Culturais da Marinha

LISBOA

Centro de Estudos Estratégicos da Marinha

**CADERNOS NAVAIS**

N.º 54 – Outubro – Dezembro de 2019

# **METODOLOGIA DOS ESTUDOS MARÍTIMOS**

**Almirante António Silva Ribeiro**

Edições Culturais da Marinha

LISBOA

O Centro de Estudos Estratégicos da Marinha (CEEM) foi criado pelo Despacho número 13/18, de 12 de abril, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), sucedendo ao Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica (GERE), cuja origem remonta ao ano de 1999.

O CEEM, situado na direta dependência do Almirante CEMA, tem como principais incumbências a reflexão e o estudo nas áreas da estratégia marítima, doutrina naval e projeção externa da Marinha.

No âmbito das suas competências, o CEEM promove a publicação de textos sobre temas da sua vocação, através das coleções dos Cadernos Navais, editados pela Comissão Cultural da Marinha.

**TÍTULO:**

METODOLOGIA DOS ESTUDOS MARÍTIMOS

**COLEÇÃO:**

Cadernos Navais

**NÚMERO ANO:**

54/Outubro-Dezembro 2019

**EDIÇÃO:**

Comissão Cultural de Marinha  
Centro de Estudos Estratégicos da Marinha (CEEM)

**ISBN:** 978-989-8159-93-9

Depósito legal n.º 183119/02

**EXECUÇÃO GRÁFICA:** Instituto Hidrográfico/Luís Gonçalves

**TIRAGEM:** 220 exemplares

# O AUTOR

## Almirante António Silva Ribeiro

O Almirante António Silva Ribeiro exerce o cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, desde o dia 1 de março de 2018. Anteriormente, como oficial general, desempenhou as funções de Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Diretor-geral da Autoridade Marítima e Comandante-geral da Polícia Marítima, Superintendente do Material, Diretor-geral do Instituto Hidrográfico, Subchefe do Estado-Maior da Armada, Secretário do Conselho do Almirantado e Vogal da Comissão Consultiva de Busca e Salvamento.

Possui o doutoramento em ciência política, o mestrado em estratégia e a licenciatura em ciências militares – navais, com a especialização em hidrografia. Está igualmente habilitado com o curso Geral Naval de Guerra, o curso Complementar Naval de Guerra e o curso de Promoção a Oficial General. É membro emérito da Classe de História Marítima da Academia de Marinha e professor catedrático convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, com agregação em Estratégia. Também é professor militar da Escola Naval. Foi, ainda, professor coordenador do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração.

Foi comandante do Agrupamento de Navios Hidrográficos, do NRP “Almeida Carvalho” e do NRP “Andrómeda”, imediato do NRP “Save” e navegador do NRP “João Belo” e do NRP “S. Gabriel”. Entre outros, desempenhou os cargos de Chefe da Divisão de Planeamento do Estado-Maior da Armada, de Diretor do Departamento de Pesquisa e Operações do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares e de Assessor do Instituto de Defesa Nacional. Prestou ainda serviço na Direção Geral de Política de Defesa Nacional, no Estado-maior da Armada e no Instituto Hidrográfico. Foi professor do Instituto Superior Naval de Guerra entre 1995 e 2006, ano da sua extinção.

É membro efetivo de diversas organizações científicas e culturais, entre as quais se destacam a Academia de Marinha, a Sociedade de Geografia de Lisboa, o Circulo Eça de Queiroz, a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, o Centro Português de Geopolítica, o Centro de Estudos do Mar, o Observatório de Segurança Criminalidade Organizada e Terrorismo, a Comissão Portuguesa de História Militar e a Liga dos Combatentes.

Tem publicados dezassete livros, quatro dos quais no estrangeiro. Dos livros publicados, dois dissertam a teoria da estratégia, cinco versam o planeamento estratégico aplicado ao Estado, à defesa nacional, à segurança nacional e à Marinha, um debate o terrorismo (em parceria), outro estuda a elaboração de políticas públicas e estratégias para o mar (em parceria) e oito abordam temas de história militar, história marítima e história da hidrografia. Proferiu mais de 130 conferências e tem mais de 300 artigos publicados em jornais e revistas nacionais e estrangeiras.



# ÍNDICE

3	O AUTOR
7	1. INTRODUÇÃO
9	2. CONCEITO
13	3. FÓRUM DE EXCELÊNCIA
15	4. MODELO DE ESTUDO
19	5. MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE
19	5.1 Natureza das linhas de investigação
20	5.2 Direcção, conteúdo e estrutura das linhas de investigação
20	5.2.1 Linha de investigação cultural
21	5.2.2 Linha de investigação económica
23	5.2.3 Linha de investigação ambiental
24	5.2.4 Linha de investigação diplomática
26	5.2.5 Linha de investigação securitária
29	6. CONCLUSÕES
35	BIBLIOGRAFIA
37	ÍNDICE REMISSIVO DE ASSUNTOS
39	CADERNOS NAVAIS

**Nota:**

O autor não adopta o novo Acordo Ortográfico.



# 1. INTRODUÇÃO

Os estudos marítimos são um novo campo académico transdisciplinar das ciências sociais, destinado a gerir os desafios decorrentes das relações críticas e contínuas do Homem com o mar, em matérias de desenvolvimento e de segurança.

Devido à sua modernidade, encontram-se numa fase inicial de construção e composição do seu conteúdo científico e da sua institucionalização. É um facto que já se realizam, em diversos países, alguns cursos de estudos marítimos com a natureza preconizada. Porém, verifica-se que, pela modernidade da sua criação, ainda não produziram um corpo de trabalhos académicos de referência. Por isso, são mal conhecidos e não existem muitos textos a eles dedicados, ao contrário daquilo que acontece no campo das ciências naturais ligadas ao mar e focalizadas na biologia, na física e na química, ou na área das ciências da terra, que englobam, entre outras, a geologia, a geofísica, a meteorologia, a hidrografia e a oceanografia.

Foi, neste contexto, que adquiriu grande relevância a iniciativa pioneira da Marinha do Brasil (MB), assumida pela Escola de Guerra Naval (EGN) e pelo seu Centro de Estudos Políticos e Estratégicos (CEPE), que levou à criação de um mestrado em estudos marítimos, o primeiro do Brasil nesta matéria. Por isso, tive imenso gosto em aceitar o convite, do então director da EGN, Vice-almirante Garnier, para, no dia 11 de Fevereiro de 2014, proferir a lição inaugural do lançamento da primeira edição do referido mestrado que, estou certo, muitos bons serviços continuará a prestar ao Brasil, como é tradição da sua prestigiada Marinha e se tornou claro pela recente criação de um programa de doutoramento na mesma área científica.

Paradoxalmente, em Portugal, país de génese e cultura marítimas, não existe qualquer curso semelhante ao ministrado na EGN! Nestas circunstâncias e com o propósito de continuar a contribuir para alterar a situação e minimizar os seus inconvenientes para a compreensão e o uso do mar, partilho algumas ideias preliminares sobre como se poderão organizar os estudos marítimos em Portugal. Neste contexto, espero dar um contributo para a reflexão sobre uma possível forma de aproveitamento do potencial de ensino, de investigação e desenvolvimento, bem como dos recursos, das capacidades, das competências e das actividades das corporações comerciais, industriais, de ciência aplicada e de segurança marítima existentes no país, tendo em vista perspectivar o seu eventual contributo para um novo encontro estratégico de Portugal com o mar.

Este texto começa com uma abordagem ao conceito de estudos marítimos, explicitando a sua natureza, objecto, finalidade, atributos, método, ferramentas e utilidade científica.

Depois, demonstra a importância da Escola Naval (EN), em parceria com outras entidades, constituírem um fórum de excelência adequado ao ensino, à

investigação e à difusão das matérias que dão substância aos estudos marítimos em Portugal. Neste âmbito, identificam-se possíveis tipos de entidades e debatem-se as vantagens, para os parceiros e para a EN, decorrentes do curso ser ministrado, em conjunto, por uma escola reputada no estudo do mar, em matérias de desenvolvimento e de segurança, e por várias outras instituições especializadas no ensino, em diversas áreas das ciências sociais, bem como por outras entidades que agregam a sua experiência de actuação nos assuntos do mar.

Em seguida, caracteriza-se o modelo proposto para a realização dos estudos marítimos. A sua descrição é iniciada com o exame sistémico às relações críticas e contínuas do Homem com o mar, em matérias de desenvolvimento e de segurança, tendo em vista identificar as preocupações delas decorrentes. A tipificação do modelo de estudo continua explicitando que, para sustentação teórica dos estudos marítimos, recorre-se à técnica de articulação transdisciplinar, para usar os contributos habilitantes de diversas ciências sociais, nomeadamente a história, as relações internacionais, a filosofia política, a economia, o direito, a psicologia, a antropologia, etc. Para a investigação e análise do objecto dos estudos marítimos, utiliza-se a mesma técnica de articulação transdisciplinar, para explorar os contributos estruturantes da geografia, da ciência política, da estratégia e da gestão. A definição do modelo prossegue com a descrição da forma como se procede à gestão dos desafios decorrentes das relações críticas e contínuas do Homem com o mar, em matérias de desenvolvimento e de segurança. Neste contexto, realçam-se as limitações da base científica, a importância da criatividade da arte e a necessidade de harmonia entre a base científica e a criatividade da arte no modelo dos estudos marítimos.

O trabalho continua com a explicitação do método de investigação e análise, abordando a natureza das linhas de investigação e a respectiva direcção, conteúdo e estrutura. A natureza das linhas de investigação resulta dos contributos da geografia, que permitem identificar, a partir das preocupações de desenvolvimento e de segurança, os tipos de desafios culturais, económicos, ambientais, diplomáticos e securitários decorrentes dos imperativos da posição de Portugal no Globo Terrestre. A direcção e o conteúdo das linhas de investigação são uma consequência dos contributos da política e da estratégia, que permitem evidenciar os processos de expressão e as formas de materialização dos desafios associados, respectivamente, às relações de poder e à exploração da força no mar. A gestão permite identificar as soluções e as medidas destinadas a superar os desafios de desenvolvimento e de segurança, tendo em vista definir a estrutura das linhas de investigação, que é materializada pelos objectivos estratégicos a alcançar (o que fazer?) e pela caracterização das correspondentes acções (como fazer?), destinadas a preparar e a empregar as capacidades marítimas de Portugal, para que o país possa usar o mar no seu interesse.

O texto termina com a apresentação das conclusões, que evidenciam, sucintamente, as grandes linhas do procedimento preconizado, bem como os contributos do trabalho para o conhecimento do mar, e os subsídios de ordem prática para a estruturação do campo académico dos estudos marítimos.

## 2. CONCEITO

Como se afirmou antes, os estudos marítimos são um novo campo académico transdisciplinar das ciências sociais, destinado a gerir os desafios decorrentes das relações críticas e contínuas do Homem com o mar, em matérias de desenvolvimento e de segurança.

Intrínsecos a esta definição e, com grande relevância, estão os conceitos operacionais de:

- campo académico transdisciplinar;
- gestão;
- desafios de desenvolvimento e segurança;
- relações críticas e contínuas do Homem com o mar.

Relativamente a estes conceitos, importa clarificar o seu entendimento no âmbito do presente texto, pela relevância que possuem na estruturação do pensamento sobre as diversas realidades do mar, representando-as, no nosso espírito, por meio das suas características gerais.

O campo académico transdisciplinar traduz o ramo do conhecimento formalmente ensinado na universidade, que adopta um modo de pensar complexo e organizador, que atravessa várias disciplinas, que colaboram entre si para proporcionar unidade ao conhecimento e dar dinâmica ao ensino.

A gestão pode ser definida, de forma muito simplificada, como o conjunto de decisões e acções ligadas, no essencial, ao planeamento, à organização, à liderança e ao controlo, que determinam o desempenho de curto, médio e longo prazos de uma entidade.

Os desafios de desenvolvimento e de segurança relacionam-se, quer com as ameaças e as oportunidades existentes no ambiente externo dos actores marítimos, quer com as potencialidades e as vulnerabilidades que compõem o seu ambiente interno. Os desafios de desenvolvimento estão associados às actividades marítimas que podem proporcionar ganhos sensíveis de progresso e bem estar, enquanto os desafios de segurança estão ligados às actividades marítimas que podem garantir o usufruto tranquilo e pacífico dos bens físicos, mentais e morais relacionados com o mar.

Para os diferentes actores marítimos, públicos e privados, nacionais e internacionais, onde os Estados assumem natural relevância, as relações críticas e contínuas do Homem com o mar são traduzidas pelos processos que contribuem para alterar a ordem estabelecida, e que se desenvolvem questionando a normalidade reconhecida por aquelas entidades. Estes processos, de natureza política e estratégica, recorrem, frequentemente, à coacção, com exploração ampla das forças materiais e mentais à disposição de cada actor marítimo, segundo acções que fomentam o estado de desacordo do sistema político, associado à prossecução de objectivos divergentes.

Os estudos marítimos, com a natureza que se acabou de caracterizar, surgiram, com alguma visibilidade, na primeira década do século XXI, tendo

como objecto de estudo os desafios geográficos, que decorrem dos imperativos da posição, e as circunstâncias políticas e estratégicas associadas, respectivamente, às relações de poder e à exploração da força no mar.

A definição deste objecto está intimamente ligada à finalidade dos estudos marítimos, que consiste em formar profissionais completos, dotando-os com as ferramentas de gestão e o saber necessário para pensarem como homens de acção e agirem como homens de pensamento, no âmbito dos processos de tomada de decisão, em matérias de desenvolvimento e de segurança relacionadas com o uso do mar, inerentes às actividades dos sectores público e privado, que importam aos governos, às indústrias, aos serviços, às infraestruturas, às organizações ambientais, às comunidades marítimas, às organizações culturais, e às organizações de segurança e defesa. Tudo isto, para facilitar a integração do mar nas políticas e estratégias públicas e privadas, pelo incremento da compreensão, da acessibilidade e da valorização do seu uso.

Os atributos científicos dos estudos marítimos decorrem do facto de possuírem um objecto preciso e susceptível de investigação e análise, com recurso a um método, que explica, convenientemente, a essência, a causalidade e os efeitos dos factos e acontecimentos decorrentes das relações críticas e contínuas do Homem com o mar, recorrendo a ferramentas teóricas (perspectivas) e a ferramentas práticas (técnicas), próprias ou emprestadas de outras ciências sociais, ciclicamente transformadas pela actividade intelectual.

Para isso, o método de investigação e análise do objecto dos estudos marítimos relaciona, agrega, interliga, integra, modifica e enriquece diversas disciplinas das ciências sociais, que possuem objectos de estudo distintos, nomeadamente a história, as relações internacionais, a filosofia política, a economia, o direito, a psicologia, a antropologia, a geografia, a ciência política, a estratégia e a gestão, entre outras. Desta forma, da confrontação entre as diversas disciplinas científicas, emergem novos dados, que as articulam entre si e oferecem uma nova visão da realidade do mar, o que permite compreender fenómenos que não seriam inteligíveis com o conhecimento resultante de apenas uma delas.

As ferramentas teóricas de investigação e análise do objecto dos estudos marítimos poderão ser as perspectivas das tendências individuais, racionalista, funcionalista e sistémica. Relativamente às ferramentas práticas, possuem relevância as técnicas de observação documental, de observação directa, de comparação, de sistematização e de articulação transdisciplinar. Realça-se, contudo, que, relativamente às ferramentas teóricas, tem particular utilidade a perspectiva sistémica porque, ao estruturar o exame das relações críticas e contínuas do Homem com o mar, em matérias de desenvolvimento e de segurança, garante a prevalência do pensamento organizado, na busca da compreensão sobre a complexidade dos assuntos marítimos encarados como um todo, bem como na superação do movimento de especialização da ciência e da fragmentação do conhecimento sobre o

mar. Quanto às ferramentas práticas, salienta-se que a técnica de articulação transdisciplinar é a determinante na sustentação teórica, e na investigação e análise do objecto dos estudos marítimos, na medida em que visa a unidade do conhecimento, resultante de uma interacção máxima entre as disciplinas a que recorre, respeitando as suas individualidades, onde cada uma delas colabora para um saber comum complexo, sem as transformar numa única disciplina.

O objecto, a finalidade, os atributos, o método e as ferramentas dos estudos marítimos relevam imenso na sua utilidade para fomentar a investigação sobre o mar em múltiplas disciplinas das ciências sociais, para promover o debate académico rigoroso e construtivo sobre o mar, e para inspirar a compreensão dos assuntos do mar. Tudo isto, tendo em vista facilitar o trabalho dos especialistas em estudos marítimos, na elaboração e implementação das políticas e estratégias públicas e privadas marítimas, na participação relevante nas actividades marítimas das organizações nacionais e internacionais, e na gestão dos processos de inovação científica e tecnológica marítima, aspectos essenciais para potenciar um novo encontro estratégico de Portugal com o mar.



### 3. FÓRUM DE EXCELÊNCIA

A nível mundial ainda não se conhecem muitos estabelecimentos de ensino superior a ministrarem cursos de estudos marítimos, com as características semelhantes às que se preconizam neste texto. Para além disso, os que existem foram estruturados segundo modelos de concepção e métodos de desenvolvimento parcialmente distintos, fruto das realidades e das necessidades de cada país. Por isso, sendo difícil tomar como paradigma de referência o processo de criação de qualquer dos casos existentes, preferiu-se esboçar as linhas fundamentais da sua institucionalização com alguma originalidade, de forma a justificar a opção preconizada para Portugal.

Assim, quando se pretende escolher um fórum de excelência, adequado para desenvolver este novo campo académico transdisciplinar das ciências sociais, aquilo que interessa, em primeira instância, é identificar uma instituição credível de ensino superior, cuja actividade fundamental esteja claramente focalizada, estabilizada e reputada no estudo das relações críticas e contínuas do Homem com o mar, em matérias de desenvolvimento e de segurança. De uma forma geral, tais instituições estão residentes nas marinhas militares, por vezes há séculos, porque estas sempre tiveram amplas responsabilidades no mar. Depois, há que fortalecer as capacidades dessa instituição, com as de outras do mesmo nível e igualmente conceituadas, que contribuam para o estudo do objecto e para o cumprimento da finalidade dos estudos marítimos, pela incorporação do conhecimento agregado das suas áreas de especialização mais robustas nas ciências sociais. Neste âmbito, assumem relevância as instituições de ensino superior público e privado, que possuam competências nas diversas disciplinas das ciências sociais que importam aos estudos marítimos. Interessa, ainda, agregar organizações governamentais e não-governamentais, e corporações industriais, comerciais, de ciência aplicada e de segurança marítima, que transportem, para a formação em estudos marítimos, os seus recursos, capacidades, competências e actividades no mar.

É, neste contexto, que em Portugal faz todo o sentido considerar a EN como o elemento motor do fórum de excelência para a realização dos estudos marítimos, tal como os apresentamos. Com efeito, desenvolvendo este novo campo académico transdisciplinar a partir do prestigiado estabelecimento de ensino superior da Marinha, as instituições parceiras beneficiarão da conjugação de esforços para o preenchimento de uma lacuna académica incompreensível e intolerável num país cujo futuro está tão dependente do mar. Depois, vão poder usufruir de um sólido conjunto de recursos, capacidades e competências humanas e materiais há muito instaladas na EN, cuja actividade sempre foi dedicada ao estudo do mar e que, por isso, dispõe de um corpo docente com qualificações específicas para parte substantiva da actividade lectiva, e com a experiência decorrente de muitos anos de vivências marítimas. Evidentemente que as instituições académicas portuguesas parceiras da EN, embora não sendo de génese marítima, dominam áreas científicas de

especialização relevantes para os estudos marítimos, pelo que os seus contributos são muito importantes para a constituição de um corpo docente multidisciplinar e robusto. Desta forma, o curso em estudos marítimos contribuirá para formar especialistas que pensam o mar com competência e na perspectiva nacional, requisito essencial ao desenvolvimento de teorias próprias sobre o uso do mar, bem como para gerar e renovar o pensamento político e estratégico marítimo de Portugal.

Da escolha da EN como motor do fórum de excelência para a realização dos estudos marítimos, também resulta um conjunto de vantagens para a instituição, extensíveis à Marinha. Em primeiro lugar, pelo que decorre da partilha de conhecimento acumulado sobre questões marítimas, com as instituições parceiras na realização daquele curso, bem como com os alunos que o frequentarem, e que serão originários de diversas organizações públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com interesses e actividades no mar. Ora, isso é muito importante para desenvolver visões transdisciplinares sobre o uso do mar, complementares daquelas que já existem na Marinha e na EN, fruto da sua actividade fundamental, ou estruturante, ser no campo da segurança, e que o curso em estudos marítimos, embora com muitos empenhamentos e contributos em todas as áreas relativas ao desenvolvimento, ampliará. Para além disso, a focalização dos estudos marítimos na EN permitirá reforçar a produção académica transdisciplinar desta instituição sobre o mar, incrementando o seu campo de actividade em áreas tão distintas como a cultura, a economia, o ambiente, a diplomacia e a própria segurança. Também fomentará um conjunto de outras linhas de reflexão complementares das existentes, que contribuirão para que a opinião pública em geral e os decisores políticos em particular, percebam a relevância da missão da Marinha, em campos muito distintos daqueles que decorrendo do seu contributo directo para a segurança, e que estão relacionados, sobretudo, com as actividades de natureza não militar. Ora, isso é essencial para que, ao aumentar o entendimento sobre a necessidade e utilidade da Marinha, ocorra um incremento dos apoios políticos e públicos às propostas que faz no campo da edificação, da sustentação e do emprego das suas capacidades materiais e humanas, tendo sempre em vista servir Portugal no mar.

A agregação, no fórum de excelência para a realização dos estudos marítimos, de organizações governamentais e não-governamentais, e de corporações industriais, comerciais, de ciência aplicada e de segurança marítima, também é muito vantajosa para a EN e para as instituições parceiras de natureza académica. Com efeito, permite incorporar, na formação em estudos marítimos, os seus recursos, capacidades, competências e actividades diversificadas nos assuntos do mar. Para além disso, acrescenta as abordagens pertinentes para aumentar a percepção da relevância da missão, das instituições académicas cooperantes, na operacionalização dos estudos marítimos, e desenvolve os níveis de entendimento sobre a sua necessidade e utilidade junto dos parceiros operativos. Acresce que contribui para incrementar o recurso a actividades lectivas e de investigação, como factor de potenciação das organizações e dos indivíduos que realizam actividade no mar.

## 4. MODELO DE ESTUDO

A caracterização do modelo dos estudos marítimos é um assunto que vem merecendo atenção acrescida em alguns países, suportada por investigações, debates e trabalhos científicos. Apesar disso, ainda não existem tendências claras nem consensos firmes nesta matéria, devido ao pouco tempo de existência deste novo campo académico transdisciplinar das ciências sociais, bem como às especificidades dos comportamentos do Homem, relativamente ao mar, em cada país.

Como contributo para tais debates, e com base nas minhas pesquisas e artigos científicos sobre a matéria, parece plausível desenvolver os estudos marítimos segundo um modelo que, com recurso às ferramentas teóricas das ciências sociais, começa por examinar as relações críticas e contínuas do Homem com o mar em matérias de desenvolvimento e de segurança, tendo em vista identificar as preocupações que, nessas áreas, necessitam de ser percebidas e geridas.

Como foi referido antes, as ferramentas teóricas englobam as perspectivas das tendências individuais, racionalista, funcionalista e sistémica. Para o exame das relações críticas e contínuas do Homem com o mar em matérias de desenvolvimento e segurança, tem particular utilidade a perspectiva sistémica, que garante a prevalência do pensamento organizado na busca da compreensão sobre a complexidade dos assuntos marítimos encarados como um todo, bem como na superação do movimento de especialização da ciência e da fragmentação do conhecimento sobre o mar.

Neste contexto, importa notar que, no passado, os oceanos foram ilusoriamente associados à abundância de recursos económicos marítimos e à capacidade de resistir aos usos e abusos da Humanidade. Durante séculos, apesar dos problemas da pirataria e dos riscos das intempéries naturais, as espécies piscícolas bastaram para as necessidades de consumo, os resíduos lançados ao mar criaram apenas pequenas perturbações locais temporárias, a protecção do património cultural não foi uma preocupação e existiram poucas armadas relevantes, capazes de afectar a segurança dos Estados costeiros. Neste contexto, desenvolveu-se o conceito de liberdade dos mares, baseado no pressuposto de que o exercício do direito de uso por uma entidade, dificilmente acarretaria a violação da mesma prerrogativa de outros titulares. A única excepção admitida àquele conceito, destinou-se a permitir a defesa dos Estados costeiros. Para isso, foi estabelecida uma faixa de três milhas marítimas de largura, que correspondeu ao alcance de um canhão no século XVII, designada por mar territorial, e onde era legítima a afirmação da autoridade soberana dos Estados costeiros.

Os rápidos progressos da ciência e da tecnologia verificados no século XX, permitiram compreender melhor os impactos das actividades humanas nos oceanos, o que, combinado com a sua difusão intensiva e extensiva

à escala mundial, modificou a crença de que, no uso do mar, se poderiam acomodar todos os interesses da Humanidade. Com efeito, as condições de abundância e liberdade reduziram-se substancialmente, e as disputas passaram a determinar as relações críticas e contínuas do Homem com o mar, em matérias de desenvolvimento e de segurança, das quais resultaram preocupações muito relevantes e complexas para os Estados. No campo do desenvolvimento, essas preocupações estão associadas aos processos de enriquecimento, dos países e dos cidadãos, relativos ao mar, tendo, também, em consideração a maior escassez de recursos em terra. No âmbito da segurança, estão ligadas à preservação da integridade territorial e dos bens físicos, mentais e morais, dos países e dos cidadãos, relativos ao mar.

Concluído o exame das relações críticas e contínuas do Homem com o mar e identificadas as decorrentes preocupações de desenvolvimento e de segurança, o modelo dos estudos marítimos recorre às ferramentas práticas, que compreendem as técnicas de observação documental, de observação directa, de comparação, de sistematização e de articulação transdisciplinar. Como foi referido anteriormente, qualquer destas técnicas importa aos estudos marítimos. Porém, é a técnica de articulação transdisciplinar que proporciona maiores contributos para a sustentação teórica e para a investigação e análise do objecto dos estudos marítimos, na medida em que visa a unidade do conhecimento, resultante de uma interacção máxima entre as disciplinas das ciências sociais a que recorre, cuja individualidade respeita, e do fomento da colaboração de cada uma delas para um saber comum complexo, sem transformação numa só disciplina.

Os contributos habilitantes das ciências sociais são proporcionados por um conjunto de disciplinas indirectas, assim designadas pela sua função de sustentação teórica dos estudos marítimos. Entre outras, destacam-se: a história, que trata da evolução das políticas; as relações internacionais, direccionadas para a interacção dos actores; a filosofia política, preocupada com as questões normativas com visão de futuro; a economia, focalizada nas actividades marítimas e nos seus benefícios; o direito, centrado nas normas constitucionais, nos costumes e nos tratados; a psicologia, vocacionada para a personalidade dos líderes e dos povos marítimos; e a antropologia, incidindo nas características físicas e culturais desses povos.

Os contributos estruturantes das ciências sociais são providenciados pelas quatro disciplinas directas, assim designadas pela relevância na investigação e análise do objecto dos estudos marítimos. Estas disciplinas são: a geografia, que está focalizada nos imperativos da posição no Globo Terrestre; a ciência política, que está preocupada com as relações de poder; a estratégia, que privilegia a exploração da força; e a gestão, que visa a eficiência e a eficácia. São elas que propiciam uma representação do exame simplificado das relações críticas e contínuas do Homem com o mar, em matérias de desenvolvimento e de segurança, na medida em que:

- A geografia permite identificar a essência dos diversos tipos de desafios de desenvolvimento e de segurança, decorrentes dos imperativos da posição ocupada por cada actor no mar, que conferem a natureza às linhas de investigação dos estudos marítimos;
- A ciência política permite identificar a causalidade dos vários processos de expressão dos desafios de desenvolvimento e de segurança, associados às relações de poder no mar, que imprimem a direcção às linhas de investigação dos estudos marítimos;
- A estratégia permite identificar os efeitos das formas de materialização dos desafios de desenvolvimento e de segurança, ligados à exploração da força no mar, que determinam o conteúdo das linhas de investigação dos estudos marítimos;
- A gestão permite identificar a natureza das soluções e medidas destinadas a superar, com eficiência e eficácia, os desafios de desenvolvimento e de segurança, e que consubstanciam a estrutura das linhas de investigação dos estudos marítimos.

Nestes termos, a gestão dos desafios de desenvolvimento e segurança é feita com recurso aos contributos habilitantes e estruturantes das ciências sociais, proporcionados por um conjunto de disciplinas indirectas e directas. O conhecimento científico por eles proporcionado deve, todavia, ser trabalhado com a criatividade da arte, em especial na combinação dos factores de decisão, usando a parte objectiva e subjectiva dos critérios de adequabilidade, de exequibilidade e de aceitabilidade, indispensáveis à elaboração, à escolha e à operacionalização das linhas de investigação dos estudos marítimos, cujo conteúdo engloba a definição dos objectivos estratégicos, bem como a concepção das correspondentes actividades destinadas a preparar e a empregar os recursos, as capacidades e as competências marítimas, tendo em vista gerir aqueles desafios, para que o mar possa ser usado no interesse de Portugal.

Em conjunto, tanto as disciplinas directas como as indirectas das ciências sociais, contribuem para conferir corpo à base científica do modelo dos estudos marítimos. Todavia, realça-se que, embora esta base científica esteja em constante expansão e aperfeiçoamento, apresenta sempre limitações estruturais e operacionais. As limitações estruturais decorrem, em especial, da insuficiência ou falta de qualidade dos dados, da diversidade de soluções possíveis, da irracionalidade accidental ou deliberada dos actores marítimos, bem como da multiplicidade e da personalização das decisões. As limitações operacionais são uma consequência, sobretudo, de proporcionarem resultados com diferentes níveis de sucesso, dependentes, em grande medida, da criatividade ligada ao génio, à inspiração e à inovação dos profissionais dos assuntos marítimos.

Nestas circunstâncias, face às limitações estruturais e operacionais do conhecimento científico associado aos estudos marítimos, é fundamental que este campo académico transdisciplinar das ciências sociais também recorra à criatividade da arte:

- Traduzida na genialidade da formulação e operacionalização das linhas de investigação, onde se combinam os factores de decisão, de acordo com os princípios e as regras estratégicas de aplicação;
- Reflectida na escolha inspirada dessas linhas de investigação, depois de submetidas às provas da estratégia, e desenvolvidas nos patamares de decisão e execução exigidos pela complexidade da organização de cada actor marítimo;
- Representada na forma inovadora como essas linhas de investigação poderão contribuir para proporcionar vantagem estratégica ao actor marítimo que as concebe e operacionaliza.

A criatividade da arte necessária aos estudos marítimos é revelada pelo talento do profissional, projecta-se pela sua capacidade intelectual e é vindicada pela sua personalidade. Tem, por isso, uma forte componente intrínseca à pessoa que realiza os estudos marítimos. Todavia, pode e deve ser desenvolvida à custa da formação em gestão e de muito trabalho prático diversificado, como acontece em todos os campos de actividade humana.

É a justa harmonia entre a base científica e a criatividade da arte, que confere aos estudos marítimos uma grande relevância para formar profissionais completos, dotados com as ferramentas de gestão e o saber necessário para pensarem como homens de acção e agirem como homens de pensamento, no âmbito da elaboração das políticas e estratégias públicas marítimas, na gestão dos processos de tomada de decisão e nas actividades do sector público e privado.

# 5. MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE

## 5.1 Natureza das linhas de investigação

No caso de Portugal, a geografia mostra que, face às preocupações de desenvolvimento e de segurança, é preciso ter em consideração: a enorme área das suas águas jurisdicionais, com 1.7 milhões de km<sup>2</sup>, equivalentes a 19 vezes o território emerso nacional; a extensão da plataforma continental, com quase 4.1 milhões de km<sup>2</sup>, correspondentes, aproximadamente, a 44 vezes o território emerso nacional; os mais de 97% de território marítimo, que compõe o acervo soberano de Portugal. Nestes espaços, com recursos biológicos e ricos em recursos minerais de alto valor, é necessário atender a tudo aquilo que decorre do pensamento e das vivências culturais marítimas, do intenso tráfego no mar e no ciberespaço suportado pelos cabos submarinos, nomeadamente a circulação de pessoas, mercadorias e informações essenciais à actividade económica globalizada, à sustentabilidade ambiental e à manutenção dos níveis de progresso e de bem-estar dos povos. É, igualmente, indispensável ter presentes as disputas sobre as delimitações dos espaços marítimos e os múltiplos desafios decorrentes de ameaças erosivas, sistémicas e militares, que impõem medidas de protecção (*security*), bem como os perigos resultantes de ameaças patrimoniais, que requerem acções de salvaguarda (*safety*).

Nestas circunstâncias, e associados a estes factores geográficos, evidenciados pelos imperativos da posição marítima de Portugal, é possível identificar desafios de desenvolvimento e de segurança, de natureza cultural, económica, ambiental, diplomática e securitária, relacionados com o uso do mar, que conferem a natureza às linhas de investigação dos estudos marítimos, cuja direcção e conteúdo, fundados nas circunstâncias políticas associadas às relações de poder (processos de expressão) e nas circunstâncias estratégicas relacionadas com a exploração da força (formas de materialização), se esboça de seguida, tendo em vista, com recurso à gestão, identificar a respectiva estrutura, traduzida na eficiência e eficácia (soluções e medidas), ligadas ao que fazer (objectivos) e como fazer (acções) para Portugal usar o mar no seu interesse.

## 5.2 Direcção, conteúdo e estrutura das linhas de investigação

### 5.2.1 Linha de investigação cultural

As circunstâncias políticas, associadas às relações de poder focalizadas na cultura marítima, revelam que os processos onde se exprimem os desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos têm uma vertente filosófica e outra sociológica.

A expressão filosófica de tais processos está ligada à vida intelectual e ao pensamento crítico e reflexivo dos Portugueses sobre o mar. Neste contexto, é evidenciada no estudo das ciências e das artes ligadas ao mar, assim como no estado de perfeição intelectual e moral sobre os assuntos do mar, somente atingido por algumas elites nacionais.

A expressão sociológica desses processos é traduzida pelo conjunto de estilos, de métodos e de valores materiais que, juntamente com os bens morais relacionados com o mar, foram adoptados pelos Portugueses. Neste contexto, releva do acervo de objectos, de utensílios e de instrumentos marítimos, bem como do conjunto de hábitos corporais ou mentais marítimos, que servem, directamente, para a satisfação das necessidades dos cidadãos.

As circunstâncias estratégicas relacionadas com a exploração da força no campo da cultura marítima, segundo a expressão filosófica, mostram que as formas como se materializam os desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos estão ligadas à maior ou menor robustez da mentalidade marítima dos Portugueses, que traduz, quer o seu talento para valorizarem o que foram, o que são e o que querem ser usando o mar, quer a sua inteligência para pensarem o mar como elemento fulcral da vida colectiva, em função da qual podem conceber e pôr em prática os grandes projectos marítimos do país.

As circunstâncias estratégicas relacionadas com a exploração da força no campo da cultura marítima, segundo a expressão sociológica, evidenciam que as formas como se materializam os desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos estão associadas àqueles projectos marítimos, assumidos por uma faculdade ou potência interior, em virtude da qual cada português manifesta um desejo, uma intenção, uma pretensão, uma tendência, uma disposição de espírito, ou uma propensão, mais ou menos irresistível, para se empenhar em actos de natureza marítima. Isto é, cada cidadão determina-se a fazer o que lhe compete relativamente ao uso do mar na óptica do interesse colectivo, o que, vulgarmente, se designa por vontade marítima nacional. Esta será uma força intangível que mobiliza os Portugueses na prossecução daqueles projectos marítimos nacionais, admitindo os maiores sacrifícios individuais e colectivos.

A partir da análise às circunstâncias políticas e estratégicas associadas às relações de poder e à exploração da força no mar, bem como aos respectivos processos de expressão e formas de materialização dos desafios de desenvolvimento e de segurança, a gestão evidencia que, em Portugal, a estrutura da linha de investigação cultural poderá estar associada às soluções e medidas ligadas à definição de um objectivo estratégico relacionado com o reforço da identidade marítima dos cidadãos. Para isso, segundo a expressão filosófica, importa conceber as acções correspondentes, destinadas a preparar e a empregar os recursos, as capacidades e as competências marítimas necessárias à materialização daquele objectivo, nomeadamente como desenvolver: os sentimentos, as ideias e as formas de sentir do povo sobre o mar, bem como a inteligência que facilita o pensamento, a concepção, a compreensão e a identificação do povo com o mar. Na expressão sociológica,

interessa conceber as acções correspondentes, destinadas a preparar e a empregar os recursos, as capacidades e as competências marítimas necessárias à materialização daquele objectivo, nomeadamente como fomentar: a estrutura física necessária ao desenvolvimento de recursos, de capacidades e de competências, bem como de actividades culturais marítimas apropriadas; a pesquisa, a difusão e preservação dos conhecimentos relacionados com o património cultural integrado pela história, pelas ciências, pelas letras e pelas artes relativas ao mar; a guarda, conservação e divulgação dos objectos, dos utensílios e dos instrumentos marítimos de valor histórico, artístico e documental; e a preservação dos estilos de vida, compostos pelos conjuntos de hábitos corporais e mentais marítimos dos cidadãos.

### 5.2.2 Linha de investigação económica

As circunstâncias políticas, associadas às relações de poder focalizadas na economia do mar, evidenciam que os processos onde se exprimem os desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos estão ligados à gestão dos recursos marinhos, na medida que as actividades humanas, de exploração e consumo, ameaçam os níveis de utilização sustentável dos bens que integram o património natural marítimo. Na realidade, pesqueiros outrora muito produtivos encontram-se, hoje, à beira da exaustão, ou estão irreversivelmente destruídos, facto que eliminou a fonte de subsistência e o sentido das vidas de algumas comunidades costeiras. Por outro lado, os fundos marinhos são a última grande mina mundial de recursos inertes. Contudo, a sua extracção poderá perturbar os ecossistemas e inviabilizar a preservação dos recursos vivos na coluna de água sobrejacente. A agravarem-se as necessidades de recursos marinhos, impostas pelo crescimento da população mundial e pelo aumento dos requisitos de desenvolvimento, é provável que as potências com economias mais dinâmicas, dispendo das necessárias capacidades políticas, científicas, tecnológicas, económicas e securitárias, não sejam entusiastas de medidas assentes na equidade, na solidariedade e na partilha, destinadas a regulamentar, de forma justa e eficaz, a exploração económica do alto mar. Com efeito, essa regulamentação agravaria, ainda mais, as restrições de acesso, por exemplo, aos recursos inertes existentes na área oceânica comum, e reforçaria a jurisdição das potências sem aquelas capacidades para os explorar nas respectivas zonas económicas exclusivas. Nestas circunstâncias, parece óbvio que os benefícios retirados da exploração dos recursos marinhos continuarão a ser desigualmente partilhados.

Para além das considerações feitas sobre a gestão dos recursos marinhos, as circunstâncias políticas associadas às relações de poder focalizadas na economia do mar relevam para outros dois processos, onde se exprimem os desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos. Em primeiro lugar, no campo das actividades industriais e comerciais no litoral, porque estas têm associados conflitos de interesses crescentes entre gru-

pos económicos e, destes, com os Estados costeiros, os grupos sociais e os indivíduos. Em segundo lugar, no aproveitamento das novas oportunidades económicas ligadas, em especial, à náutica de recreio e ao turismo náutico, ao transporte marítimo, à actividade portuária, à logística marítima, à pesca, à aquacultura, à indústria de pescado, e à construção e reparação naval.

As circunstâncias estratégicas relacionadas com a exploração da força no campo da economia do mar mostram que as formas como se materializam os desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos poderão estar ligadas à possibilidade de condicionamento de novas medidas restritivas no âmbito das pescas, cuja operacionalização requer grande determinação no exercício da autoridade do Estado no mar. Quanto aos recursos não vivos, tais desafios poderão estar associados à promoção dos efeitos da partilha desigual em áreas marítimas de países terceiros ou comuns, pelo uso de uma capacidade científica e tecnológica que garanta vantagem competitiva na identificação e na exploração desses bens. Relativamente ao exercício da autoridade do Estado no mar, aqueles desafios poderão decorrer da legislação e de projectos internacionais que desafiem a natureza e a dimensão dos interesses marítimos de Portugal, bem como de eventual dificuldade em exercer uma governação justa, eficaz e equitativa das actividades industriais e comerciais ligadas ao mar.

A partir da análise às circunstâncias políticas e estratégicas associadas às relações de poder e à exploração da força no mar, bem como dos respectivos processos de expressão e formas de materialização dos desafios de desenvolvimento e de segurança, a gestão evidencia que, em Portugal, a estrutura da linha de investigação económica poderá estar associada às soluções e medidas ligadas à definição de um objectivo estratégico relacionado com a promoção do desenvolvimento marítimo, explorando, de forma sustentável, o mar que é seu. Para isso, importa conceber as acções correspondentes, destinadas a preparar e a empregar os recursos, as capacidades e as competências marítimas necessárias à sua materialização, nomeadamente como: elaborar uma política pública da economia do mar; obter capacidade científica e tecnológica para identificar e explorar os recursos do mar; regular e exercer, com coordenação, a autoridade do Estado no mar.

### 5.2.3 Linha de investigação ambiental

As circunstâncias políticas associadas às relações de poder focalizadas no ambiente marinho realçam que os processos onde se exprimem os desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos estão relacionados com a influência destes na vida do Planeta, por serem uma imensa fonte abastecedora de energia, de água e de oxigénio, suporte da sobrevivência de centenas de milhões de pessoas e principal factor estabilizador do clima. Apesar da evidência destes factos, o Homem continua a despejar nos oceanos produtos extremamente nocivos para os ecossistemas marinhos, como

são os hidrocarbonetos, os plásticos, os pesticidas, os metais pesados e os resíduos radioactivos. Todavia, a situação de crise ambiental que afecta os oceanos, não pode ser considerada isoladamente dos muitos problemas que afectam a terra e a atmosfera. Na realidade, eles formam, em conjunto, grande parte da problemática da biosfera, onde as questões do mar se ligam às da terra, através dos rios, da atmosfera e das zonas costeiras. Conjuntamente, englobam-se num quadro mais vasto, que liga a utilização dos recursos ao bem-estar das gerações futuras e, em última análise, às perspectivas de sobrevivência da Humanidade. À medida que estas possibilidades se forem degradando, as ciências e as tecnologias ligadas ao mar tornar-se-ão cada vez mais relevantes na sustentabilidade ambiental, porque permitirão: evidenciar e reduzir os impactos das actividades humanas sobre o mar e as zonas costeiras; fomentar o conhecimento do mar e partilhar informações; satisfazer, racionalmente, as necessidades básicas de uma população em rápido crescimento.

As circunstâncias estratégicas relacionadas com a exploração da força no campo do ambiente marinho mostram que as formas como se materializam as preocupações de desenvolvimento e de segurança nos oceanos poderão estar ligadas a mecanismos internacionais de coacção, destinados a conter os efeitos degradadores da utilização irracional dos oceanos. É muito difícil prever, com rigor, a sua natureza e forma de concretização. No entanto, com base em exemplos do passado, referentes a outras áreas de actividade humana, parece plausível admitir a possibilidade de, numa primeira fase, consistirem apenas em críticas nos *fora* internacionais. Porém, quando a energia resultante dos combustíveis fósseis, já não for relevante para alimentar os processos industriais que dinamizam o progresso dos países mais desenvolvidos, estes preconizarão o emprego de pressões diplomáticas e poderão recorrer a manipulações das opiniões públicas e a sanções económicas, para forçarem os restantes Estados ao cumprimento de normas ambientais mais exigentes. Desta forma, contribuirão para a sustentabilidade ambiental. Contudo, assegurarão, igualmente, a vantagem competitiva dos seus produtos, manufacturados com recurso a outro tipo de energia, que terá, certamente, custos financeiros mais elevados. Nestas circunstâncias, desenvolver-se-á uma situação idêntica, por exemplo, àquela que ocorreu no início do século XIX, quando o Reino Unido, por dominar a tecnologia da máquina a vapor de alta pressão, pôde prescindir de mão de obra escrava massiva nos seus processos agrícolas e industriais, publicou o Acto contra o Comércio de Escravos (1807) antes de abolir a escravatura (1837), usou a sua marinha de guerra para impedir o tráfico de escravos no Atlântico e, assim, forçou os outros países europeus a usar energia mecânica, de forma a que a sua economia não perdesse competitividade. Neste quadro, também não se rejeita a hipótese de, no futuro, os Estados costeiros mais desenvolvidos utilizarem, pontualmente, forças militares para eliminarem infraestruturas que considerem ser focos de degradação ambiental existentes noutros países,

caso formas menos gravosas de coação não surtam efeito, a ameaça seja suficientemente importante e tenha consequências transnacionais.

A partir da análise às circunstâncias políticas e estratégicas associadas às relações de poder e à exploração da força no mar, bem como aos respectivos processos de expressão e formas de materialização dos desafios de desenvolvimento e de segurança, a gestão evidencia que, em Portugal, a estrutura da linha de investigação ambiental poderá estar associada às soluções e medidas ligadas à definição de um objectivo estratégico relacionado com a preservação da qualidade ambiental do mar que é seu. Para isso, importa conceber as acções correspondentes, destinadas a preparar e a empregar os recursos, as capacidades e as competências marítimas necessárias à sua materialização, nomeadamente como: regulamentar, vigiar, fiscalizar e controlar as actividades industriais marítimas; conter os efeitos das perturbações ambientais, em especial da poluição marítima; usar mecanismos internacionais para limitar a utilização irracional dos oceanos. Neste quadro, o facto das Nações Unidas terem anunciado a próxima década (2021-2030) como a Década da Ciência do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável veio, não só elevar a importância das questões ambientais relacionadas com o Oceano, como também, valorizar o contributo da ciência para a linha de investigação ambiental.

#### 5.2.4 Linha de investigação diplomática

Em 1982, perante a necessidade de manter a ordem jurídica nos oceanos e de orientar a utilização dos recursos neles existentes, foi aprovada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Esta “Constituição Universal dos Oceanos” ou “Lei do Mar”, como também é conhecida, procedeu à uniformização dos critérios para a delimitação dos espaços marítimos, cuja materialização começa, agora, a suscitar acesos debates, directamente relacionados com as duas posturas contrastantes, em termos de relações de poder focalizadas na diplomacia marítima, adoptadas pelos Estados costeiros em desenvolvimento e pelos desenvolvidos, no quadro do movimento global de expansão jurisdicional nos oceanos.

As circunstâncias políticas associadas às relações de poder focalizadas na diplomacia marítima realçam que os processos onde se exprimem os desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos estão relacionados com o facto dos países em desenvolvimento, embora tendo legalmente estabelecidos os seus direitos de soberania e jurisdição sobre espaços marítimos vastíssimos, como possuem enormes vulnerabilidades nos respectivos instrumentos de poder político, científico, tecnológico, económico e securitário, revelam muitas dificuldades na definição e na operacionalização das políticas públicas marítimas, bem como na investigação, na exploração, na gestão e na defesa dos recursos marinhos. Na expectativa de suprirem tais deficiências, buscam alianças externas com Estados costeiros desenvolvidos e invocam preceitos éticos e morais, que procuram incorporar no Direito

Internacional, para reivindicarem, com base nos preceitos da CNUDM, a sua autoridade sobre os mares. Porém, na falta de recursos, de capacidades e de competências para exercerem uma adequada governança marítima, sentem os seus interesses ameaçados.

Os Estados costeiros desenvolvidos adoptam um comportamento distinto, porque questionam qualquer mudança prejudicial à liberdade de exploração do leito e do subsolo marinhos, compatível com os seus interesses e a sua superior capacidade política, científica, tecnológica, económica e securitária. Para isso, afastam as discussões sobre a exploração do mar e dos benefícios económicos que os seus recursos naturais podem proporcionar, para as colocarem à luz dos grandes princípios políticos. Também se esforçam por compatibilizar o Direito Internacional com os seus interesses, o que significa evitar mais restrições à exploração dos recursos naturais no mar. Neste âmbito, relativamente à Área, adoptam a retórica igualitária do mar como recurso comum. Quanto à plataforma continental estendida, privilegiam a retórica da equidade na gestão cooperativa dos espaços marítimos, como está a acontecer no seio da União Europeia. Num e noutro caso, os países desenvolvidos visam garantir um acesso privilegiado, em especial, aos recursos inertes existentes nos fundos oceânicos.

As circunstâncias estratégicas relacionadas com a exploração da força no campo da diplomacia marítima mostram que as formas como se materializam os desafios de desenvolvimento e segurança nos oceanos poderão estar ligadas ao movimento destinado a torná-los objecto do património soberano dos Estados costeiros, numa parte considerável da sua extensão. Tal acção é materializada por: restrições à exploração económica dos espaços marítimos; diferenciações de acesso, decorrentes da superioridade política, científica, tecnológica, económica e securitária; níveis de exploração resultantes das capacidades de utilização efectiva dos Estados, e desligados da titularidade da soberania ou jurisdição, como hoje já acontece com os hidrocarbonetos.

A partir da análise às circunstâncias políticas e estratégicas associadas às relações de poder e à exploração da força no mar, bem como dos respectivos processos de expressão e formas de materialização dos desafios de desenvolvimento e de segurança, a gestão evidencia que, em Portugal, a estrutura da linha de investigação diplomática poderá estar associada às soluções e medidas ligadas à definição de um objectivo estratégico relacionado com a acção credível no seu mar. Para isso, importa conceber as acções correspondentes, destinadas a preparar e a empregar os recursos, as capacidades e as competências marítimas necessárias à sua materialização, nomeadamente: mobilizar a sociedade civil para os assuntos do mar e capacitar os negociadores dos espaços marítimos; dispor da capacidade científica e tecnológica para afirmar o interesse nacional; obter capacidades multidisciplinares para ocupar e usar os espaços marítimos nacionais.

### 5.2.5 Linha de investigação securitária

As circunstâncias políticas associadas às relações de poder focalizadas na segurança marítima revelam que os processos onde se exprimem os desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos estão relacionados com a conjugação da inoperância dos Estados costeiros frágeis ou falhados, da globalização das utilizações do mar, e da deficiente cooperação internacional.

A inoperância dos Estados costeiros frágeis ou falhados é resultante das dificuldades de governabilidade e da ineficácia do funcionamento do seu sistema político-administrativo, circunstâncias que facilitam a ocorrência de perturbações securitárias nas actividades marítimas.

A globalização das utilizações do mar nas áreas do transporte marítimo, das comunicações no ciberespaço suportadas pelos cabos submarinos, e da exploração de recursos, ampliou exponencialmente o número de actores e de processos, a área geográfica de empenhamento e as redes por onde circulam pessoas, mercadorias e informação.

A deficiente cooperação internacional verifica-se na operacionalização de medidas de vigilância, de controlo e de partilha de informação relativa ao tráfego marítimo, bem como na adequação do Direito Internacional às circunstâncias estratégicas do momento, na criação de mecanismos judiciais que permitam fazer respeitar a lei nacional e internacional, e no empenhamento de meios navais em regiões distantes do território nacional e nas áreas onde o Estado costeiro exerce soberania e jurisdição.

As circunstâncias estratégicas relacionadas com a exploração da força no campo da segurança marítima, mostram que as formas como se materializam os desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos poderão estar ligadas a quatro tipos de ameaças:

- As erosivas, que subsistem à margem da ordem internacional e dela precisam para existir, e que integram o tráfico de drogas, a imigração irregular, o contrabando de armas, as formas de pesca ilegais e a pirataria, actividades que subvertem a segurança das regiões costeiras e prejudicam os interesses nacionais;
- As sistémicas, que visam a alteração da ordem internacional para poderem existir, e que incluem terrorismo internacional e as tentativas de acesso ou de construção de armamento sofisticado não convencional, tirando partido de tecnologias emergentes, a que a globalização facilita o acesso, tendo em vista adquirir estatutos de força que permitam intervenções activas na política internacional, desestabilizando, perigosamente, a ordem estabelecida;
- As militares, que visam a afirmação dos interesses marítimos do Estado costeiro, e que são protagonizadas, sobretudo, por potências marítimas emergentes, dotadas de navios de superfície e de submarinos

modernos, armados com mísseis, capazes de dificultar, seriamente, o uso do mar e ameaçar a integridade territorial de outros Estados;

- As patrimoniais, decorrentes de acidentes naturais ou resultantes de incúria humana, que perturbam a vida das pessoas, degradam a qualidade do ambiente e delapidam os bens materiais, e que implicam acções de salvaguarda.

A partir da análise às circunstâncias políticas e estratégicas associada às relações de poder e à exploração da força no mar, bem como aos respectivos processos de expressão e formas de materialização dos desafios de desenvolvimento e de segurança, a gestão evidencia que, em Portugal, a estrutura da linha de investigação securitária poderá estar associada às soluções e medidas ligadas à definição de um objectivo estratégico relacionado com a garantia da ordem no mar. Para isso, importa conceber as acções correspondentes, destinadas a preparar e a empregar os recursos, as capacidades e as competências marítimas necessárias à sua materialização, nomeadamente: elaborar e implementar uma estratégia nacional de segurança marítima; colaborar no reforço da cooperação securitária marítima internacional; articular o planeamento e o emprego dos meios, capacidades e competências públicas securitárias, explorando o potencial do duplo-uso, coordenando a actuação e promovendo sinergias.



## 6. CONCLUSÕES

Os estudos marítimos são um novo campo académico transdisciplinar das ciências sociais, destinado a gerir os desafios decorrentes das relações críticas e contínuas do Homem com o mar, em matérias de desenvolvimento e de segurança. Têm como objecto os desafios geográficos, que decorrem dos imperativos da posição, e as circunstâncias políticas e estratégicas associadas, respectivamente, às relações de poder e à exploração da força no mar. Destinam-se a formar profissionais completos, dotando-os com as ferramentas de gestão e o saber necessário para pensarem como homens de acção e agirem como homens de pensamento, no âmbito dos processos de tomada de decisão, em matérias de desenvolvimento e de segurança relacionadas com o uso do mar, inerentes às actividades dos sectores público e privado, facilitando a integração do mar nas respectivas políticas e estratégias, pelo incremento da compreensão, da acessibilidade e da valorização do seu uso.

Como atributos científicos, os estudos marítimos possuem um objecto preciso e susceptível de investigação e análise, através de um método, que explica, convenientemente, a essência, a causalidade e os efeitos dos factos e acontecimentos decorrentes das relações críticas e contínuas do Homem com o mar, com recurso a ferramentas teóricas (perspectivas) e práticas (técnicas), próprias ou emprestadas de outras ciências sociais, cíclicamente transformadas pela actividade intelectual. O método de investigação e análise dos estudos marítimos relaciona, agrega, interliga, integra, modifica e enriquece diversas disciplinas das ciências sociais com objectos de estudo distintos. Da confrontação entre as diversas disciplinas científicas, faz emergir novos dados que as articulam entre si e oferecem uma nova visão da realidade do mar, o que permite compreender fenómenos não inteligíveis com o conhecimento resultante da apenas uma delas.

A perspectiva sistémica, ao estruturar o exame das relações críticas e contínuas do Homem com o mar, garante a prevalência do pensamento organizado na busca da compreensão sobre a complexidade dos assuntos marítimos e da superação do movimento de especialização da ciência e da fragmentação do conhecimento sobre o mar. A técnica de articulação transdisciplinar é determinante na sustentação teórica da investigação e análise do objecto, e visa a unidade do conhecimento, resultante de uma interacção máxima entre as diversas disciplinas, cuja individualidade respeita, fomentando a colaboração de cada uma delas, para um saber comum complexo, sem transformação numa só disciplina.

Os estudos marítimos, assim estruturados, são muito úteis para: fomentar a investigação sobre o mar em múltiplas disciplinas das ciências sociais; promover o debate académico rigoroso e construtivo sobre o mar; inspirar a compreensão dos assuntos do mar; facilitar os trabalhos de elaboração das

políticas e estratégias públicas e privadas marítimas, bem como a participação relevante nas actividades marítimas das organizações nacionais e internacionais, e a gestão dos processos de inovação científica e tecnológica marítima. Desta forma, potenciam um novo encontro de Portugal com o mar.

A escolha de um fórum de excelência adequado para desenvolver esta nova área científica, implica identificar uma instituição credível, focalizada, estabilizada e reputada no estudo das relações críticas e contínuas do Homem com o mar, em matérias de desenvolvimento e de segurança, como é o caso da EN. Importa, igualmente, congregar e fortalecer as capacidades desta instituição, com as de outras igualmente conceituadas no mundo académico, que contribuam para o estudo do objecto e para o cumprimento da finalidade dos estudos marítimos, pela incorporação do conhecimento agregado das suas áreas científicas de especialização mais robustas nas ciências sociais. Interessa, também, associar organizações governamentais e não-governamentais, e corporações industriais, comerciais, de ciência aplicada e de segurança marítima, que transportem, para a formação em estudos marítimos, os seus recursos, capacidades, competências e actividades no mar. Assim, conseguir-se-á, entre outros aspectos, pensar o mar com competência e, na perspectiva nacional de Portugal, desenvolver teorias próprias sobre o uso do mar, gerar o pensamento político e estratégico marítimo de Portugal, incrementar a capacidade de gestão de políticas e estratégias marítimas, bem como reforçar a produção académica transdisciplinar sobre o mar. Ao mesmo tempo, fomentam-se abordagens importantes para aumentar a percepção da relevância da missão da Marinha, e aumentam-se os níveis de entendimento sobre a sua necessidade e utilidade junto dos decisores políticos e dos cidadãos, o que contribuirá para incrementar os apoios ao fortalecimento das suas capacidades, como factor de potenciação das organizações e dos indivíduos que têm actividade no mar. Para além disso, também se aumenta a compreensão sobre a indispensabilidade das instituições académicas, incrementa-se o recurso à actividade lectiva e de investigação, e potenciam-se organizações e indivíduos que actuam no mar.

Os estudos marítimos obedecem a um modelo que, com recurso à perspectiva sistémica, começa por examinar as relações críticas e contínuas do Homem com o mar em matérias de desenvolvimento e segurança, tendo em vista identificar as preocupações que, nessas áreas, necessitam de ser percebidas e geridas. Para suporte teórico dos estudos marítimos é usada a técnica de articulação transdisciplinar, que recorre aos contributos habilitantes das ciências sociais, através de um conjunto de disciplinas indirectas, assim designadas pela sua função de sustentação teórica, e que são a história, as relações internacionais, a filosofia política, a economia, o direito, a psicologia e a antropologia. Para investigação e análise do objecto dos estudos marítimos, é usada a mesma técnica, que explora os contributos estruturantes das ciências sociais, providenciados pelas quatro disciplinas directas, assim designadas pela sua relevância na caracterização do referi-

do objecto. Estas disciplinas são: a geografia, que está focalizada nos imperativos da posição; a ciência política, que está preocupada com as relações de poder; a estratégia, que privilegia a exploração da força; e a gestão, que visa a eficiência e a eficácia. São elas que permitem uma representação do exame simplificado das relações críticas e contínuas do Homem com o mar, em matérias de desenvolvimento e de segurança.

Com base no modelo dos estudos marítimos descrito, e com recurso às perspectivas e às técnicas das ciências sociais que dão corpo ao método de investigação e análise, a partir da geografia é possível identificar a essência dos tipos de desafios de desenvolvimento e de segurança decorrentes dos imperativos da posição, que conferem a natureza às linhas de investigação dos estudos marítimos. Com base na ciência política e na estratégia é viável analisar os processos de expressão e as formas de materialização dos desafios de desenvolvimento e segurança associados, respectivamente, às relações de poder e à exploração da força no mar, que proporcionam a direcção e o conteúdo às linhas de investigação dos estudos marítimos. Com base na gestão, é possível implementar soluções e medidas destinadas a superar, com eficiência e eficácia, os desafios de desenvolvimento e de segurança, que consubstanciam a estrutura daquelas linhas de investigação dos estudos marítimos. Como elementos essenciais para a gestão daqueles desafios, fazem parte a definição dos objectivos estratégicos (o que fazer?), bem como a concepção das correspondentes acções (como fazer?), destinados a preparar e a empregar os recursos, as capacidades e as competências marítimas essenciais para que Portugal use o mar no seu interesse.

Em conjunto, tanto as disciplinas directas como as disciplinas indirectas das ciências sociais, contribuem para conferir corpo à base científica do modelo dos estudos marítimos. Todavia, realça-se que, embora esta base científica esteja em constante expansão e aperfeiçoamento, apresenta sempre limitações estruturais e operacionais. Por isso, é fundamental que este campo académico transdisciplinar das ciências sociais também recorra à criatividade da arte, tendo em vista fomentar: a genialidade da formulação e operacionalização das linhas de investigação; a escolha inspirada das linhas de investigação; a forma inovadora como, estas, poderão contribuir para proporcionar vantagem estratégica.

É a justa harmonia entre a base científica e a criatividade da arte, que confere aos estudos marítimos uma grande relevância para formar profissionais completos, dotados com as ferramentas de gestão e o saber necessário para pensarem como homens de acção e agirem como homens de pensamento, no âmbito da elaboração das políticas e estratégias públicas marítimas, na gestão dos processos de tomada de decisão e na realização das actividades do sector público e privado.

O método de investigação e análise dos estudos marítimos considera que a geografia, focalizada nos imperativos da posição de Portugal, permite identificar desafios de desenvolvimento e de segurança marítima de natu-

reza cultural, económica, ambiental, diplomática e securitária, relacionados com o uso do mar, que conferem natureza às linhas de investigação dos estudos marítimos. Para cada uma delas, as circunstâncias políticas associadas às relações de poder revelam os processos onde se exprimem os desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos, e imprimem direcção às linhas de investigação dos estudos marítimos. As circunstâncias estratégicas relacionadas com a exploração da força mostram as formas de materialização dos desafios de desenvolvimento e de segurança nos oceanos, e determinam o conteúdo das linhas de investigação dos estudos marítimos. A partir da análise às circunstâncias políticas e estratégicas associadas às relações de poder e à exploração da força no mar, bem como dos respectivos processos de expressão e formas de materialização das preocupações de desenvolvimento e de segurança, a gestão evidencia a estrutura das linhas de investigação cultural, económica, ambiental, diplomática e securitária, que podem estar associadas às soluções e medidas ligadas a objectivos estratégicos a alcançar, através de acções destinadas a preparar e a empregar os recursos, as capacidades e as competências marítimas de Portugal, para que o país tenha um novo encontro estratégico com o mar.

Pela aplicação do método de investigação e análise dos estudos marítimos, poder-se-ão definir como objectivos estratégicos para Portugal: reforçar a identidade marítima dos cidadãos; promover o desenvolvimento marítimo; preservar a qualidade ambiental no mar; agir com credibilidade no mar; garantir a ordem no mar. Para além disso, também se poderão conceber as acções destinadas a preparar e a empregar os recursos, as capacidades e as competências marítimas necessárias à materialização dos objectivos correspondentes, nomeadamente:

- 1) Para reforçar a identidade marítima dos cidadãos: desenvolver os sentimentos, as ideias e a inteligência do povo sobre o mar; fomentar os recursos, as capacidades, as competências e as actividades culturais marítimas; preservar o património cultural, tangível e intangível, e os estilos de vida marítimos.
- 2) Para promover o desenvolvimento marítimo: elaborar a política pública da economia do mar; obter capacidade científica e tecnológica para identificar e explorar os recursos não vivos; regular e exercer, com coordenação, a autoridade do Estado no mar.
- 3) Para preservar a qualidade ambiental no mar: regulamentar, vigiar, fiscalizar e controlar as actividades industriais marítimas; conter os efeitos das perturbações ambientais, em especial da poluição do mar; usar mecanismos internacionais para limitar a utilização irracional dos oceanos.
- 4) Para agir com credibilidade no mar: mobilizar a sociedade civil para os assuntos do mar e capacitar os negociadores dos espaços ma-

rítimos; dispor de capacidade científica e tecnológica para afirmar o interesse nacional; obter capacidades multidisciplinares para ocupar e usar os espaços marítimos nacionais.

- 5) Para garantir a ordem no mar: elaborar e implementar uma estratégia nacional de segurança marítima; colaborar no reforço da cooperação securitária marítima internacional; articular o planeamento e o emprego dos recursos, das capacidades e das competências públicas securitárias, explorando o potencial do duplo-uso, coordenando a actuação e promovendo sinergias.

Os estudos marítimos, com o conceito, o fórum de excelência, o modelo de estudo e o método de investigação e análise preconizados, são especialmente relevantes para Portugal, porque não há organização nem Direito que levem outros países a prescindir dos seus interesses marítimos, se os Portugueses não tiverem plena consciência, vincada sagacidade, enorme inteligência e total empenho na exploração das oportunidades e na contenção das ameaças relacionadas com o uso do seu mar. Porém, os estudos marítimos, por serem um novo campo académico, ainda se encontram numa fase muito inicial de desenvolvimento do seu conteúdo científico, pelo que requerem reconhecimento e aceitação, bem como um permanente aprofundamento, consolidação e divulgação do seu modelo de desenvolvimento e método de investigação e análise, a par de uma urgente institucionalização, tarefas em que um curso em estudos marítimos, promovido pela EN, em parceria com outros estabelecimentos de ensino superior e com organizações governamentais e não-governamentais, e corporações industriais, comerciais, de ciência aplicada e de segurança marítima, poderá ter uma função relevante no desenvolvimento de condições para que ocorra um novo encontro estratégico de Portugal com o mar.



# Bibliografia

BRANDÃO, SERRA, *A apropriação dos oceanos*, Lisboa, Academia de Marinha, 1995.

BRANDÃO, SERRA, *Um novo direito do Mar*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1984.

CAJARABILLE, VITOR LOPO, et. al. (coord.), *A segurança no mar, uma visão holística*, Aveiro, Mare Liberum, 2012.

COOK, P. J. e CARLETON, C. M., *Continental Shelf Limits: The Scientific and Legal Interface*, New York, Oxford University Press, 2000.

CORREIA, J. ARMANDO DIAS, *O mar no século XXI – Contributo para uma análise estratégica aos desafios marítimos nacionais*, Aveiro, Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro (FEDRAVE), 2010.

FERNANDES, LUIZ F. COSTA (coord.), *O Brasil e o mar no século XXI*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Centro de Excelência para o Mar Brasileiro, 2012.

GUEDES, A. M., *Direito do Mar*, Coimbra, Coimbra Editores, 1998.

JUNIOR, ILQUES BARBOSA e MORE, RODRIGO FERNANDES (org.), *Amazônia Azul*, 1ª ed., Rio de Janeiro, Fundação de Estudos do Mar, 2012.

LOPES, HERNANI (coord.), *O Hypercluster da economia do mar*, Lisboa, Associação Comercial de Lisboa, 2009.

PACHECO, M. Bessa, *Apontamento - Medidas da Terra e do Mar*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 2013.

RIBEIRO, A. S., *A visão estratégica e holística do uso do mar*, Lisboa, Revista da Armada, n.º 466, Agosto 2012, p. 4.

RIBEIRO, A. S., *Uma visão estratégica do mar – perspectivas de análise*, Lisboa, Negócios Estrangeiros, n.º 12, Janeiro 2008, pp. 65-75.

SOARES, MÁRIO (coord.), *O oceano do nosso futuro*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.



# ÍNDICE REMISSIVO DE ASSUNTOS

acções correspondentes.....	20, 21, 22, 24, 25, 27.	desafios de desenvolvimento.....	.....8, 9, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 31, 32
aceitabilidade.....	17	desafios de segurança.....	9
actividades.....	7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 32	desafios geográficos.....	10, 29
adequabilidade.....	17	desempenho.....	9
ambiente externo.....	9	desenvolvimento.....	7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33
ambiente interno.....	9	diplomacia marítima.....	24, 25
ambiente marinho.....	22, 23	disciplinas directas.....	16, 17, 30, 31
ameaças.....	9, 19, 26, 33	disciplinas indirectas.....	16, 17, 30, 31
área.....	7, 9, 21, 25, 26, 30	economia do mar.....	21, 22, 32
articulação transdisciplinar....	8, 10, 11, 16, 29, 30	EGN.....	7
atributos.....	7, 10, 11, 29	EN.....	2, 6, 7, 21, 25
base científica.....	8, 17, 18, 31	entidades.....	7, 8, 9
campo académico transdisciplinar.....	.....7, 9, 13, 15, 18, 29, 31	erosivas.....	19, 26
capacidades.....	7, 8, 13, 14, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 30, 21, 32, 33	especialistas.....	11, 14
capacidades marítimas.....	8	estratégia.....	3, 8, 10, 11, 16, 17, 18, 27, 29, 30, 31, 33
CEPE.....	7	estudos marítimos.....	7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 29, 30, 31, 32, 35
ciência política.....	3, 8, 10, 16, 17, 31	exame sistémico.....	8
CNUDM.....	24, 25	exequibilidade.....	17
coação.....	9, 24	exploração da força.....	8, 10, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32
contributos estruturantes.....	8, 16, 30	expressão filosófica.....	20
contributos habilitantes.....	8, 16, 17, 30	expressão sociológica.....	20
controlo.....	9, 26	factores de decisão.....	17, 18
criatividade da arte.....	8, 17, 18, 31	ferramentas.....	7, 10, 11, 15, 18, 29, 31
cultura marítima.....	7, 19, 20	finalidade.....	7, 10, 11, 13, 30
degradação ambiental.....	23	formas de materialização.....	.....8, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 27, 31, 32
desafios culturais.....	8		

fórum.....	7, 13, 14, 30, 33	12, 14, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 27,30, 31, 32, 33
geografia.....	3, 8, 10, 16, 17, 19, 31	pressões diplomáticas.....
gestão.....	8, 9, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 32	23
governança marítima.....	25	princípios.....
identidade marítima.....	20, 32	18, 25
imperativos da posição.....	8, 10, 16, 17, 19, 29, 31	processos de expressão.....
instituições.....	8, 13, 14, 30	8, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 27, 31, 32
instrumentos de poder.....	24	profissionais completos.....
investigação e análise.....	8, 10, 11, 16, 19, 29, 30, 31, 32, 33	10, 18, 29, 31
liderança.....	9	regras.....
limitações estruturais.....	17, 18, 31	18
limitações operacionais.....	17	regulamentação.....
linhas de investigação.....	8, 17, 18, 19, 31, 32	21
marinha.....	3, 7, 13, 14, 23, 30	relações críticas e contínuas.....
MB.....	7	7, 8, 9, 10, 13, 15, 16, 29, 30, 31
mentalidade marítima.....	20	relações de poder.....
método.....	7, 8, 10, 11, 19, 29, 31, 32, 33	28, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32
militares.....	3, 13, 19, 23, 26	sanções económicas.....
modelo.....	8, 13, 15, 16, 17, 30, 31, 33	23
normas ambientais.....	23	segurança...3, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33
objecto.....	7, 8, 10, 11, 13, 16, 25, 29, 30, 31	segurança marítima.....
oportunidades.....	9, 22, 33	7, 13, 14, 26, 27, 30, 31, 33
organização.....	9, 18, 33	sistémica.....
patrimoniais.....	19, 27	5, 8, 21, 22
perspectivas.....	10, 15, 23, 29, 31	sistémicas.....
planeamento.....	3, 9, 27, 33	19, 26
plataforma continental.....	19, 25	sustentação teórica.....
políticas públicas marítimas.....	24	8, 11, 16, 29, 30
Portugal.....	3, 7, 8, 11,	técnicas.....
		10, 16, 29, 31
		vantagem estratégica.....
		18,31
		vontade marítima.....
		20
		vulnerabilidades.....
		9, 24

# CADERNOS NAVAIS

## Volumes Publicados

- 1. A Marinha e a Revolução nos Assuntos Militares**  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti
- 2. Papel das Marinhas no Âmbito da Política Externa dos Estados**  
Contra-Almirante Victor Manuel Lopo Cajarabille
- 3. Conceito Estratégico de Defesa Nacional**  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti,  
Contra-Almirante Victor Manuel Lopo Cajarabille
- 4. O Contexto do Direito do Mar e a Prática da Autoridade Marítima**  
Dr. Luís da Costa Diogo
- 5. Considerações sobre o Sistema de Forças Nacional**  
Vice-Almirante Alexandre Reis Rodrigues
- 6. Portugal e a sua Circunstância**  
Professor Doutor Adriano Moreira,  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti,  
Dr. João Soares Salgueiro,  
Professora Doutora Maria do Céu Pinto,  
Professora Doutora Maria Regina Flor e Almeida
- 7. O Poder Naval. Missões e Meios**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Néelson Lopes da Costa
- 8. Sobre o Vínculo do Militar ao Estado-Nação. Breve Abordagem Filosófico-Estatutária**  
Segundo-tenente Carla Cristina Martins Pica
- 9. Portugal e os EUA nas Duas Guerras Mundiais: a Procura do Plano Bi-Lateral**  
Prof. Dr. José Medeiros Ferreira
- 10. A Estratégia Naval Portuguesa**  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti,  
Professor Doutor António José Telo,  
Vice-Almirante Magalhães Queiroz,  
Almirante Vieira Matias,  
Contra-Almirante Lopo Cajarabille,  
Capitão-de-fragata Marques Antunes,

Dr. Nuno Rogeiro,  
Vice-Almirante Ferreira Barbosa,  
Dr. Tiago Pitta e Cunha,  
Vice-Almirante Reis Rodrigues,  
Contra-Almirante Melo Gomes,  
Vice-Almirante Alexandre Silva Fonseca,  
Vice-Almirante Pires Neves,  
Vice-Almirante Rebelo Duarte

**11. O Direito Humanitário, as Regras de Empenhamento e a Condução das Operações Militares**

Capitão-de-Mar-e-Guerra José Manuel Silva Carreira

**12. As Forças Armadas e o Terrorismo**

Contra-Almirante José Augusto de Brito

**13. O Mar, um Oceano de Oportunidades para Portugal**

Almirante Vieira Matias

**14. Opções Estratégicas de Portugal no Novo Contexto Mundial**

Professor Doutor Ernani Lopes,  
Professor Doutor Manuel Lopes Porto,  
Dr. João Salgueiro,  
Professor Doutor José Carlos Venâncio,  
Dr. Salgado Matos,  
Dr. Félix Ribeiro,  
Professor Doutor Fernando Santos Neves,  
Dr. Joaquim Aguiar,  
Professor Doutor Adriano Moreira

**15. A Security em âmbito marítimo. O Código ISPS**

Dr. Luís Manuel Gomes da Costa Diogo,  
Capitão-tenente José António Velho Gouveia

**16. O Mediterrâneo, Geopolítica e Segurança Europeia**

Vice-Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti

**17. As Grandes Linhas Geopolíticas e Geoestratégicas da Guerra e da Paz**

Capitão-tenente José António Zeferino Henriques

**18. A NATO e a Política Europeia de Segurança e Defesa. Em Colisão ou em Convergência?**

Vice-Almirante Alexandre Reis Rodrigues

**19. Segurança e Cidadania. Conceitos e Políticas**

Dr. António Jorge de Figueiredo Lopes

- 20. Continentalidade e Maritimidade**  
A Política Externa dos Impérios e a Política Externa da China  
Professor Doutor António Marques Bessa
- 21. O Poder na Relação Externa do Estado**  
Professor Doutor Luís Fontoura,  
Embaixador Leonardo Mathias
- 22. Seminário “Uma Marinha de Duplo Uso”**  
Intervenções dos Conferencistas
- 23. A Definição de Agressão da Assembleia-Geral das Nações Unidas:  
História de uma Negociação**  
Dr.ª Maria Francisca Saraiva
- 24. Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico Coordenadores:**  
Professor Doutor António Marques Bessa,  
Professor Doutor Pedro Borges Graça
- 25. A Europa da Segurança e Defesa**  
Vice-Almirante António Rebelo Duarte
- 26. 1º Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa**
- 27. Formulação da Estratégia Naval Portuguesa. Modelo e processo**  
Contra-Almirante António Silva Ribeiro
- 28. O Sistema de Planeamento de Forças Nacional. Implicações da Adopção do Modelo de Planeamento por Capacidades.**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos César Martinho Gusmão Reis Madeira
- 29. Reflexões sobre o Mar**  
Uma Homenagem ao Vice-Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti  
Almirante Fernando Melo Gomes,  
Professor Doutor Adriano Moreira,  
Vice-Almirante António Ferraz Sacchetti,  
Almirante Nuno Vieira Matias,  
Vice-Almirante Victor Lopo Cajarabille
- 30. A “Guerra às Drogas”**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra J. Margalho Carrilho
- 31. Contributos para uma caracterização da Geopolítica Marítima de Portugal**  
Primeiro-tenente Humberto Santos Rocha

- 32. 60 anos da Aliança Atlântica. Perspectivas navais**  
Almirante Fernando José Ribeiro de Melo Gomes,  
Vice-Almirante José Carlos Lima Bacelar
- 33. A Plataforma Continental Portuguesa e o Hypercluster do Mar**  
Vice-Almirante Victor Lopo Cajarabille,  
Vice-Almirante António Rebelo Duarte,  
Dr.<sup>a</sup> Patrícia Viana Afonso
- 34. Estratégia Naval Portuguesa - O processo, o contexto e o conteúdo**  
Contra-Almirante António Silva Ribeiro,  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Braz da Silva,  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Jorge Novo Palma,  
Capitão-de-fragata Nuno Sardinha Monteiro
- 35. O Papel da União Europeia e da União Africana na Prevenção e Gestão de Conflitos em África**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Edgar Marcos Bastos Ribeiro
- 36. Oxigénio e medicina subaquática e hiperbárica. Perspectiva histórica e realidade militar em Portugal**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra José de Gouveia de Albuquerque e Sousa
- 37. Liderança e exercício de comando contributos**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco José Costa Pereira,  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Henrique Eduardo de Gouveia e Melo,  
Capitão-tenente Pedro Eduardo Fernandes Fonseca
- 38. O Papel das Forças Armadas nas Operações Inter-Agências de Combate às Ameaças Emergentes em Portugal**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Jorge Novo Palma
- 39. Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição Nacional. Um Modelo para Potenciar o Exercício da Autoridade do Estado no Mar**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra António Manuel de Carvalho Coelho Cândido
- 40. Os Media como Vectores na Prossecução dos Objectivos Estratégicos das Forças Armadas**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Vladimiro José das Neves Coelho
- 41. O combate à pirataria marítima**  
Vice-almirante Alexandre Daniel Cunha Reis Rodrigues

**42. Conceitos e Tecnologia das Operações Navais: da II Guerra Mundial aos nossos dias**

Almirante Fernando José Ribeiro de Melo Gomes,  
Capitão-de-fragata Armando José Dias Correia

**43. A Plataforma Continental Portuguesa. Análise do Processo de Transformação do Potencial Estratégico em Poder Nacional**

Capitão-tenente Jaime Carlos de Vale Ferreira da Silva

**44. A Maritimidade Portuguesa: Do Reavaliar da Consciência à Oportunidade de Desenvolvimento**

Vice-almirante Ref João Manuel Lopes Pires Neves,  
Vice-Almirante Ref António Carlos Rebelo Duarte

**45. Mahan. 7 Virtudes e 7 Pecados**

Capitão-de-fragata Nuno Sardinha Monteiro

**46. O Processo Estratégico na Marinha**

Almirante António Silva Ribeiro

**47. Vis per Mare**

**Breve análise das obras de alguns autores contemporâneos sobre poder no mar**

Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Sardinha Monteiro

**48. Políticas e Estratégias Marítimas da Europa e de Portugal**

Vice-Almirante Ref. António Carlos Rebelo Duarte

**49. Centro de Decisão de Alcance Global em Contexto Marítimo**

Dr. Miguel Marques

**50. O mar em perspetiva**

Professor Doutor Adriano Moreira

**51. Portugal, como potência costeira**

Vice-almirante Alexandre Reis Rodrigues

**52. A segurança do ciberespaço em Portugal e no setor marítimo**

Contra-almirante António Gameiro Marques

**53. Uma Marinha útil e minimamente significativa**

Vice-Almirante Gouveia e Melo

**Nota:** Os Cadernos Navais encontram-se disponíveis na internet, no portal da Marinha, sob o título Estudos e Reflexões: <http://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais/Paginas/default.aspx>



